

**RESPOSTA AO PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO Nº 20170029900729993**

**Requerente:** ECSF

**Data da entrada:** 18/10/2017

**Descrição da Solicitação:** "AO COMITÊ GESTOR DE ACESSO À INFORMAÇÃO - CGAI ASSUNTO: PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO TEMPESTIVAMENTE Recife, 18 de outubro de 2017 xxxxxxxx, na qualidade de solicitante, vem mui respeitosamente e dentro do prazo legal, com fundamento na Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011, interpor RECURSO, o que o faz, requerendo sejam suas razões, em anexo, recebidas e encaminhadas à Superior Instância, para que delas tome conhecimento e lhes dê provimento. RAZÕES DO RECURSO Vale destacar que a Contagem de prazos dos recursos apresentados entre 19h e 23h59 serão considerados como se tivessem sido realizados no dia útil seguinte e quando o prazo final para responder ao recurso coincidir com final de semana ou feriado, ele será prorrogado para o próximo dia útil.

([Http://www.acessoainformacao.gov.br/assuntos/recursos/prazos#recursos](http://www.acessoainformacao.gov.br/assuntos/recursos/prazos#recursos)) Como observado, a resposta foi enviada no dia 05/10/2017 às 17:42:05. A contagem só começou a partir do primeiro dia útil posterior, ou seja, 06/10/17, porque este era um dia útil. O prazo final para responder ao recurso coincidiu com final de semana (15/10/17) e feriado (16/10/17). Portanto, deveria ser prorrogado para o próximo dia útil, ou seja, 17/10/17. Portanto, Recurso tempestivo, interposto dentro do prazo legal. Outro ponto a ser abordado não consta na resposta, em primeira instância, a identificação de qual autoridade proferiu a decisão e se é hierarquicamente superior, em cumprimento do art. 21 do Decreto n.º 7.724/2012 É necessário, também, informar que a generalização no local da assinatura, impossibilitando a identificação da autoridade que expediu a documentação, desqualifica o documento enviado pela CGM, porque não está compatível com aos preceitos explicitados nas normas técnicas da Comunicação Oficial da Administração Pública. xxxxxxxx"

**Resposta:**

Cumprе inicialmente um breve relato e algumas considerações;

A solicitante ingressou com o pedido de acesso à informação PAI nº 20170026801020533 no dia 21/09/2017, o qual foi indeferido no mesmo dia pela Equipe do Portal da Transparência. Insatisfeita, interpôs o 1º recurso nesse mesmo dia 21/09/2017, o qual foi analisado e respondido pela Secretaria de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas no dia 05/10/2017.

Em seguida, a mesma decidiu recorrer à instância superior, contudo, não o fez no prazo que findou em 15/10/2017. Assim, abriu o protocolo de um novo pedido de acesso à informação, dessa vez direcionado a esta Controladoria Geral do Município - CGM (PAI nº 20170029501020532), utilizando essa via como sucedâneo recursal para que sua demanda inicial fosse apreciada pelo Comitê Gestor de Acesso à Informação - CGAI (2ª instância recursal). Em suas razões, alegou que utilizou-se dessa via, pois o sistema do Portal da Transparência não considerou como feriado o dia 16/10/2017.

Em sua resposta, esta CGM indeferiu esse segundo pedido utilizado como recurso da demanda inicial, por considerá-lo intempestivo, uma vez que desobedeceu ao prazo legal.

Utilizando-se novamente da abertura de um novo pedido de informação, a requerente ingressou com o PAI nº 20170029900729993, alegando que "o prazo final para responder ao recurso coincidiu com final de semana (15/10/17) e feriado (16/10/17). Portanto, deveria ser prorrogado para o próximo dia útil, ou seja, 17/10/17." Por esta razão, seu recurso deveria ser considerado tempestivo, interposto dentro do prazo legal.

Em breve recapitulação, no que se refere à demanda inicial (PAI nº 20170026801020533), a partir do dia 06/10/2017, ou seja, a partir do primeiro dia útil após a ciência da decisão, abriu-se o prazo de 10 (dez) dias para oferecimento do 2º recurso, conforme as regras do art. 13 da Lei nº 17.866/2013:

Art. 13 Caberá recurso dirigido à autoridade imediatamente superior àquela que prolatou a decisão, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do primeiro dia útil após a ciência da decisão.

Parágrafo Único. A autoridade superior decidirá, motivadamente, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do primeiro dia útil após a data em que foi protocolado o recurso.

O referido prazo teve seu termo final no domingo, dia 15/10/2017, portanto dia não útil. Considerando que a contagem dos prazos previstos na Lei de Acesso à Informação segue as regras contidas na Lei de Processo Administrativo (Lei nº 9.784/1999), este prazo fica prorrogado para o 1º dia útil subsequente, no caso, para a segunda-feira, dia 16/10/2016, nos moldes do art. 66:

Art. 66. Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

Cumprе esclarecer que o dia 16/10/2017 foi considerado feriado apenas para o comércio, tendo a Administração Pública Municipal funcionado com expediente normal. Por este motivo, não havia razão para que o prazo para interposição do recurso referente ao PAI nº 20170026801020533 fosse prorrogado para o dia 17/10/2017.

Atenciosamente,  
Autoridade Administrativa  
Controladoria Geral do Município do Recife